



A PROVÍNCIA DE GOIÁS E A GUERRA DO PARAGUAI, 1865 – 1870: pesquisa em história cultural e representação, dos documentos oficiais à literatura de ficção

José Atanásio de Souza Filho
Doutorando em História
UFG
atanasiosouza@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho se propõe como uma fala que surge da investigação em curso sobre a História da participação da Província de Goiás na Guerra do Paraguai, a partir de reflexão em História Cultural. No exercício da pesquisa, a coleta e as leituras de fontes de informação de fatos que ligaram a província de Goiás ao maior conflito beligerante da América do Sul no século XIX, tem significado uma preocupação e objetivo a ser alcançado como síntese e nova tese. A partir dos documentos, registros passados, os historiadores constroem problemas, buscam respostas para as suas perguntas sobre as coisas passadas. Assim se propôs a pesquisa da historiadora Zildete Martins (1983) que escreveu o primeiro trabalho científico sobre a histórica participação de Goiás na Guerra do Paraguai. Sua escolha deveu-se à ideia de uma descrição histórica sobre a base documental selecionada em sua pesquisa. Também, em torno do mesmo tema, encontra-se a obra literária da escritora Rosarita Fleury (1983) que escreveu o romance histórico, intitulado, Sombras em Marcha: na vivência da fuga. Este, um romance histórico – história, narrativa, poética do saber, no dizer de Roger Chartier (2011). A província de Goiás, nos dois textos, torna-se o lugar protagonista desta História de Guerra no Brasil Império. Nesse caminho, esta pesquisa quer ser mais uma história. Amplia nossa base de leitura e interpretação, a contribuição de Marc Bloch (2001) quando nos alerta pra o debate sobre coisas coletivas dos homens e mulheres que herdamos do passado; nesse prisma, o passado relido aqui são reflexões que ressurgem, sem ocultar “o contexto”, no dizer de Antoine Prost (2014), de quem faz tais reflexões. Isso porque, o historiador, diz H.-I Marrou (1968), não é um “encantador” do passado e os documentos do passado não dizem nem tudo, nem nada, eles dizem o que os historiadores souberem perguntar.

INTRODUÇÃO.

Este trabalho é resultado de uma fala no Simpósio Temático *O Profissional de História e suas escolhas teóricas e metodológicas* do XI Encontro Regional de História ANPUH-GO/2015. Assim sendo, representa a síntese daquilo que foi apresentado em nossa fala com as questões que, no contexto da interlocução junto aos pares e à coordenação deste Simpósio Temático, foi debatido e aprofundado como reflexão e aprendizagem a posteriori.

Este texto está dividido em duas partes: 1º item se propõe um olhar sobre a realidade de mobilização das populações goianas para o alistamento militar no início da Guerra do Paraguai, no primeiro semestre de 1865; as fontes são os relatórios dos presidentes da Província de Goiás depois de deflagrada a guerra. Subsidiaria esse olhar a escrita histórica de (PALACIN; MORAES, 1972)



pautando-nos uma aproximação com a uma leitura da historiografia goiana; subsidia nossa visão mais abrangente do conflito, o livro *Maldita Guerra* (DORATIOTO, 2002) que nos ajudar a compreender os elementos mais globais dos acontecimentos da Guerra do Paraguai, tanto para as coisas do Império Brasileiro, tanto para os fatores da guerra provindos da República do Paraguai, antes e durante o transcorrer do conflito. No bojo da fundamentação historiográfica estão os textos de BLOCH (2001) e MARROU (1968). Esses historiadores nos fazem pisar com mais firmeza nos estatutos da História, principalmente, nos chamam a atenção para os objetos de estudo dessa disciplina quando trata de falar sobre os “homens no tempo”, escreveu autor de *Apologia da História* (2001), das “populações no tempo”, vou preferir esse último termo; e ou, quando nos faz ver o sentido da fonte documental como “um registro” – sua “singularidade” de um tempo passado, que não existe mais, todavia, o historiador (ao usar de suas habilidades, saber manusear técnicas de interpretar esses registros), acaba dizendo, em seu tempo, algo que os representam para a posteridade; o historiador filósofo H. I. Marrou nos ilumina um tanto nesse caminho.

No item 2º, nossa perspectiva é uma reflexão sobre representações da Guerra do Paraguai em Goiás no estudo de MARTINS (1983), primeira pesquisa sobre o tema em Goiás e, mais especificamente, uma leitura de seus dois últimos capítulos quando a historiadora fez uma análise do livro a Retirada da Laguna de Visconde de Taunay, item 2.1. O item 2.2 se propõe a uma reflexão sobre o uso de obras de ficção como fonte de interpretação histórica. O romance histórico da escritora goiana Rosarita Fleury, *Sombras e macha: na vivência da fuga* (1983) é nossa principal fonte de referência para uma leitura das representações e memórias de guerra em Goiás e pelas quais, a escritora goiana se dispôs a apresentar como romance, constituindo um texto que fala sobre aquela história sem nela querer se abonar. Fundamenta-nos nesse debate a escrita de Roger Chartier, tanto seu debate sobre *história e memória*, CHARTIER (2010), quanto as reflexões que faz sobre a *verdade, entre ficção e história*, (CHARTIER, 2011). Integram nosso olhar mais pontual para as questões da historiografia do Mato Grosso os textos de SQUINELO (2002) e CASTRILLON-MENDES (2013), principalmente no que diz respeito às formas de representação marcante da narrativa de Visconde de Taunay nas localidades do Mato Grosso que foram invadidas pelas forças paraguaias. O espaço Mato Grosso se encontra numa relação intrínseca com



Goiás na exposição dos textos da historiadora Zildete Martins e é o ponto de partida do romance de Rosarita Fleury. Sem mais delongas, vamos ao exercício de interpretação do passado de Goiás no contexto da guerra do Paraguai num diálogo interdisciplinar com a literatura de ficção. O que devemos fazer? Fazer um exercício de interpretação sobre essas fontes, adiante.

1 – A GUERRA DO PARAGUAI REPRESENTADA NOS RELATÓRIOS DE GOVERNO DE GOIÁS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1865, UM EXERCÍCIO DE INTERPRETAÇÃO.

A participação de Goiás na Guerra do Paraguai tem seus primeiros registros históricos nos acontecimentos relacionados à reação do governo imperial, depois da invasão da Província do Mato Grosso, no alvorecer do ano de 1865. As primeiras informações que referendam a ligação da província de Goiás ao maior conflito beligerante da América do Sul no século XIX estão em documentos oficiais. Isso porque, sendo a guerra um acontecimento de rompimento diplomático entre nações, as primeiras fontes de informação sobre isso provêm da própria escritura oficial. Nesse sentido, nossa intenção é ver esses relatórios, cartas, ofícios, narrativas como indícios que “caem” daquele passado e que nos permite buscar entender a participação da sociedade goiana naquela guerra.

Esses indícios que sem premeditação, o passado deixa cair ao longo de sua estrada não apenas nos permitem suplementar esses relatos quando estes apresentam lacunas, ou controlá-las caso sua veracidade seja suspeita. (BLCH, 2001, p. 77).

As decisões contra o ataque paraguaio à soberania do Império Brasileiro, no âmbito do governo de Dom Pedro II e, conseqüentemente, são informações que surgem a partir do que se foi produzindo a partir da instituição dos decretos do Ministério para Assuntos de Guerra, entre outras pastas ministeriais, a fim de organizar a reação brasileira. São fontes de informação que nos provoca curiosidade histórica sobre o cotidiano daqueles acontecimentos que se encontram nas entre linhas dos documentos, pois estes não falam por si só, são apenas indícios de um contexto. É necessário, pois, colocar a informação do passado em confronto com outras realidades contextuais, daí, vê-la como um indício de outras informações, ou a partir dela ver outros fatores da vida social na província de Goiás no século XIX, depois de iniciada a guerra.

A primeira informação que liga Goiás a guerra se encontra num documento, datado de 27 de abril de 1865, no qual diz que a província deveria mobilizar um contingente de 490 voluntários para compor o exército imperial naqueles primeiros meses de 1865. A fonte¹ diz que dirigiu uma ordem a todos os habitantes da província para se comprometerem com o alistamento militar em Goiás.

Constatada a informação, outras questões surgem a fim de se entender como eram as formas de administração políticas naquele período e se aquele modelo era um agravante a mais na mobilização de um contingente militar. Luís Palacin trata disso afirmando que o “oficialismo político”, prática do Poder Moderador do II Império, trazia muitos problemas administrativos no cotidiano da vida política e social. “Em Goiás, os presidentes exerciam grande influência na vida política, eram de livre escolha do poder central, sem vínculos familiares à terra, o que descontentava os políticos locais” (PALACIN;MORAES, 1972, p. 71).

No relatório de transferência do poder provincial, o vice-presidente da província de Goiás, escrito pelo vice-presidente, Dr. João Bonifácio Gomes de Siqueira, direcionando o comando da presidência para o recém chegado, novo presidente de Goiás, em 27 de abril de 1865, Dr. Augusto Ferreira França; ali se encontra a seguinte informação:

Em virtude do decreto nº 3371 de 7 de janeiro do corrente anno, e das ordens do Governo Imperial, dirigi uma proclamação aos habitantes desta província, e expedi ordens aos commandantes da guarda nacional para alistarem e remetterem para esta capital todos os que se offerecessem e estivessem em circunstância de poder prestar serviço em tempo de guerra. (MEMÓRIAS GOIANAS, Nº10, p. 59).

Observando parte do relato acima - “dirigi uma proclamação aos habitantes desta província” – nos permite um olhar curioso sobre esses habitantes goianos; procurar saber mais sobre eles e ver como ocorreram as reações desses habitantes às novas demandas do governo

¹ Relatório do Vice-presidente da província de Goiás, João Bonifácio de Gomes Siqueira, período de dezembro de 1864 a abril de 1865. Nesse relatório de transferência de governo não é uma prestação dos serviços administrativos para a Assembléia Legislativa Provincial e sim, uma exposição dos meses em que João Bonifácio preencheu a lacuna do governo, desde a saída do presidente anterior, José Vieira Couto Magalhães. (Memória Goiana, nº 10, 1998, p. 49).

imperial em Goiás. Luis Palacin diz que, no século XIX a província d/e Goiás se ruralizou de tal forma que o imenso território goiano ficou cheio de “vazios humanos”.

No ciclo da pecuária em Goiás, registrou-se a regressão dos costumes ou a indianização do *modus vivendi*. A enorme área geográfica condicionou a formação de ilhas demográficas, circundada por imensos vazios humanos (PALACIN; MORAES, 1972, p. 64).

São os relatórios dos presidentes de província, nos anos de guerra, as fontes mais expressivas das formas como se deram as decisões políticas e administrativas no momento de organização da reação ao ataque paraguaio à província do Mato Grosso. São essas falas, esses depoimentos lugares da história e cotidiano de diversas circunstâncias e possibilidades de ação e reação de elementos da sociedade brasileira - a sociedade brasileira que vivia na Província de Goiás - perante a imposição de uma nova realidade social em tempo de guerra. Em seu livro *Maldita Guerra*, o historiador Francisco Doratioto expôs sobre as dificuldades por quais passou a administração imperial em organizar uma força militar capaz de conter a invasão do exército do Paraguai na província de Mato Grosso. “Envolvido por uma guerra inesperada, o Império Brasileiro foi surpreendido com o Exército despreparado a ponto de seis meses depois de iniciada a luta, não ter conseguido tomar a ofensiva” (DORATIOTO, 2002, p. 97).

O relatório do vice-presidente demissionário, João Bonifácio - depois de transcorrido quatro meses da invasão paraguaia, - diz que, de acordo com o Decreto de nº 3383, de 21 de janeiro de 1865, do Ministério de Guerra, é de responsabilidade da Província de Goiás a remessa inicial de uma cota de 490 guardas nacionais para servirem às forças expedicionárias do Império. Esse decreto se impôs a todas as administrações provinciais, como afirma Francisco Doratioto citando alguns exemplos de ação e reação social das sociedades provinciais, depois de decretada a guerra contra o Paraguai.

Um decreto do governo imperial, de 21 de janeiro de 1865, convocou 15 mil guardas nacionais, divididos em cotas distribuídas entre as províncias, para fortalecerem o Exército no Sul do Brasil. Verificou-se, então, ampla resistência desses milicianos a cumprir seu dever. Em Pernambuco, cuja a cota era de 2424 guardas nacionais, houve resistência de todos os batalhões a enviar os convocados e, destes, boa parte desertou. Como Santa Catarina ainda não preencher a sua cota em 1866 e, como essa situação ocorria ‘por toda a parte’, o presidente dessa província concluiu que a Guarda Nacional tinha “pouca utilidade prática”. A Paraíba, em 1866, também não completara sua cota de guardas

nacionais, e o mesmo ocorreu, em 1867, no Rio de Janeiro, onde o presidente relatava 'sérios esforços' para completar o efetivo desses milicianos destinados a lutar no Paraguai. Idênticas dificuldades foram relatadas pelos governos de Minas Gerais e do Rio grande do Norte. Foi uma raridade a boa disposição dos membros da Guarda Nacional da Bahia e de Goiás para cumprirem com suas obrigações. DORATIOTO, 2002, p. 112-113).

No texto de Francisco Doratioto há a indicação de que a Província de Goiás se comprometeu em aplicar as diretrizes do Governo Imperial e contribuiu com representação militar. Entretanto, precisamos ter um pouco de cautela com a informação de Doratioto quando diz que houve uma "rara disposição" por parte de Goiás em cumprir com suas obrigações militares. Bem provável que as fontes que o historiador de *Maldita Guerra* tenha manuseado mostre alguma disposição em oferecer essa informação. Entretanto, no rastro da informação contida no relatório do presidente João Bonifácio, em 27 de abril de 1865, a realidade do recrutamento em Goiás não parece contradizer com as realidades encontradas em Pernambuco ou Rio Grande do Norte, vejamos o que diz a fonte goiana.

às municipalidades e outras autoridades recommendei que auxiliassem os commandantes da guarda nacional neste importante serviço, affin de que a província concorra com o maior número possível de voluntários.

Já existem com praça (sic) 24 e consta que estão alistados, e devem chegar brevemente segundo as ordens expedidas de Bomfim 17, de Catalão 27, de S. Luzia 30, do Rio Verde 12 e de Jaraguá 8. É provável que também de outros pontos da província concorrão voluntários (MEMÓRIAS GOIANAS, Nº 10, 1988, p. 59).

O detalhe aqui se mostra na interpretação do que pode ser considerado um *modus operandi* de Goiás em cumprir com as obrigações do recrutamento a partir do decreto de 21 de janeiro de 1865. Olhando as fontes que Francisco Doratioto fez uso naquele parágrafo, onde se encontra ao final, nota nº 55, página 505, referência de seis relatórios dos respectivos presidentes de províncias de Pernambuco, Santa Catarina, Paraíba do Norte, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Norte; não existe a referência ao documento do vice-presidente da província de Goiás, relatório do Sr. Dr. João Bonifácio Gomes de Siqueira, presidente demissionário em 27 de abril de 1865. A informação relatada pelo vice-presidente João Bonifácio em fins de abril, logo, quatro meses depois da invasão das forças paraguaias à província vizinha, encontra-se a informação de que Província de Goiás deveria enviar o total de 490 guardas nacionais. Doutro modo, segundo

consta na fonte, o total de voluntários, em fins de abril de 1865, era de 124 soldados goianos alistados. Evidentemente que existe a perspectiva de um aumento na cota, como consta o texto, alertando sobre a probabilidade de que alguns outros pontos da província possam concorrer com outros mais voluntários da pátria. E isso bem provavelmente aconteceu. Entretanto, a partir das informações constadas no relatório do vice-presidente João Bonifácio, essa realidade passou bem longe de ser “rara” disposição, como escreveu o historiador de *Maldita Guerra* e a meu ver, se comportou igual a todas as províncias no sentido de ter dificuldades de contribuir com o início da guerra.

No item que trata de expor sobre a formação em Goiás do Corpo da Guarda Nacional Destacada, encontra-se a seguinte informação, “um lamento”, do presidente João Bonifácio em não ter conseguido enviar tropa alguma para o teatro de guerra.

No estado em que se acha a guarda nacional em quase toda a provincia hade V. Ex^ª encontrar muitas dificuldades para organizar esse corpo. É tal o estado da guarda nacional que tendo chamado a serviço de destacamento 124 praças para o serviço de guarda d’esta cidade, ainda não se pode completar o número. (MEMÓRIAS GOIANAS, Nº 10, 1998, p. 59)

As dificuldades para realizar o alistamento em Goiás, relatada por João Bonifácio de Gomes Siqueira, também se encontra no relato do seu sucessor, o presidente Augusto Ferreira França, quando escreve, num texto assinado em 1º de junho de 1865, sobre um cenário nada alentador para a administração das coisas de guerra em Goiás.

Assumindo administração, tratei de saber quaes os auxílios que tinham sido enviados à provincia de Mato Grosso, e fui informado de que, apesar das mais ardentes desejos da provincia, e a despeito dos esforços do Exm^º Sr. Vice-presidente, não se tinha conseguido até então expedir força alguma auxiliar, havendo sido adiada a marcha do batalhão de Caçadores. (MEMÓRIAS GOIANAS, Nº 10, 1998, p. 66).

O início da reação brasileira ao ataque paraguaio foi lento. Francisco Doratioto, ao tratar dessa realidade, deixa claro que, na época, isso era consensual: o país jamais havia se imaginado indo pra uma guerra contra o Paraguai, naqueles idos da década de 1860. Sobre os limites e fraquezas da Guarda Nacional, naquele primeiro semestre de 1865, era consenso um

adjetivo: uma força desacreditada. E mais uma vez o historiador de *Maldita Guerra*, com base nos documentos oficiais de época, nos indica essa compreensão:

Essa opinião era compartilhada pelo presidente cearense, para quem a dificuldade em mobilizar a Guarda Nacional para a guerra demandava ‘uma reforma radical nessa instituição’. O próprio Ministério da Justiça, ao qual estava subordinada a Guarda Nacional, reconheceu que da forma como estava organizada, a milícia não atendia à sua finalidade; atrapalhava gravemente as atividades profissionais dos seus membros e, no interior do país, servia ‘somente’ como instrumento de dominação política e de cerceamento de liberdades civis. (DORATIOTO, 2002, p. 113.)

As circunstâncias não eram nada favoráveis à mobilização do efetivo militar do Império Brasileiro naqueles meses imediatos ao decreto de 21 de janeiro de 1865. Em Goiás, a orientação política com o novo presidente Augusto Ferreira França a partir de em 27 de abril, foi cumprir as determinações do governo imperial. A sua primeira atividade administrativa foi cuidar dos assuntos de guerra na província de Goiás. Em sua primeira exposição pública como orador² junto à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás, codifica a ideia da total absorção das forças da presidência junto à sociedade goiana, no intuito de organizar um efetivo militar e cumprir com as novas exigências do poder central.

Considerando o relatório do vice-presidente João Bonifácio e comparando o texto escrito por seu sucessor, o presidente Augusto Ferreira França, em 1º de junho de 1865, aproximadamente 33 dias depois, não temos a certeza se, realmente, a primeira tropa de voluntários da pátria goianos, ao partiu para o teatro de guerra no dia 15 de maio de 1865, atingiu ou superou a cota determinada de 490 praças, conforme designava o decreto 3383/65. O presidente Augusto Ferreira França, ao contrário de seu antecessor, não se preocupou em oferecer mais detalhes sobre o número de soldados goianos que marcharam naquele dia. No relato do vice-presidente João Bonifácio, o total em 27 de abril eram 124 alistados; há, portanto aqui, uma lacuna a se preencher com uma investigação em outras fontes e ver se a cota de 490 soldados foi atingida, quando, em 15 de maio de 1865, partiu a primeira tropa goiana. A investigação continua...

² Fala do Presidente Augusto Ferreira França junto à Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz (SESSÃO ORDINARIA), 1 DE JUNHO DE 1865.

Os relatórios são documentos oficiais do governo e sofrem “certo” engesso na sua orientação final. Ler esses relatórios como fontes de interpretação do passado de Goiás no contexto de guerra não é o ponto de encontro com aquela história, pelo contrário, é o ponto de partida para uma compreensão inicial dos acontecimentos mais diversos possíveis, envolvidos e envolvendo a sociedade goiana no maior conflito beligerante da América do Sul.

Não podemos alcançar o passado diretamente, mas só através de traços, inteligíveis para nós, que deixou atrás dele, na medida em que estes traços subsistiram, em que nós os encontramos e em que somos capazes de os interpretar. (MARROU, 1968, p. 61).

Doutro modo, devemos concordar com Francisco Doratioto sobre o esforço dos presidentes da província de Goiás em cumprir as ordens do Imperador. Fazer seguir uma tropa goiana pra ajudar o Império Brasileiro a expulsar o elemento invasor da província do Mato Grosso, isso é verossímil, os documentos confirmam. Como as coisas aconteceram de fato, só podemos conjecturar; isso porque os relatos sobre os quais trabalhamos aqui são textos oficiais, tem uma representação institucional, era o cumprimento legal do representante do Imperador, na província, prestar contas a seus pares, representantes da sociedade presentes na Assembléia Legislativa Provincial. Eles não podem, nunca, dizer tudo.

Por outro lado, precisamos ter cautela pra ver, na fala do historiador Francisco Doratioto, a indicação de que em Goiás houve uma “rara” e boa disposição em cumprir as obrigações militares. Entretanto, a primeira tropa goiana, enfim, partiu no dia 15 de maio de 1865 em direção ao Mato Grosso, marchou para o teatro de guerra. Nas palavras do presidente Augusto Ferreira França, a tropa não foi sozinha, seguiu abençoada e aplaudida pelo povo goiano.

Depois de ter ouvido uma missa solenne, celebrada na cathedral pelo Rmº cônego vigário capitular, assistindo a tam tocante acto religioso grande numero de funcionários públicos e cidadãos, partiu-se o batalhão, abençoado pelo CEO victoriado pelo povo (MEMÓRIAS GOIANAS, Nº 10, P.66).

Nesse ponto, encerramos nosso exercício de interpretação de fontes históricas oficiais de Goiás. Os dois documentos escolhidos nos serviram como exercício de debate com a historiografia goiana de Palacin e Moraes e com a historiografia de Francisco Doratioto, esses estudos de História nos oportunizam entender sobre esse tema guerra em Goiás e no Brasil do II Império. Nossa perspectiva é história cultural, logo, dois outros textos se fazem fontes de



interpretação sobre os acontecimentos que ligaram a província de Goiás aquela guerra. A pesquisa em História sobre a participação de Goiás na Guerra do Paraguai, de Zildete Martins e o romance histórico: *Sombras em Marcha: na vivência da fuga*, da escritora goiana Rosarita Fleury; estes textos abrem o leque de nossa curiosidade de historiador nessa investigação.

2. A GUERRA DO PARAGUAI EM GOIÁS CONTADA EM LIVROS, UM COMENTÁRIO.

No âmbito da pesquisa científica, existe a dissertação de mestrado da professora Zildete I. O. Martins, desenvolvido no programa de História da Universidade Federal de Goiás e publicado em 1983. No plano da produção literária, existe o romance intitulado *Sombras em Marcha: na vivência da fuga*, publicado também em 1983 pela escritora goiana Rosarita Fleury. Sobre o texto de Zildete Martins, nossa análise será no item 2.1 e o texto de Rosarita Fleury, no item 2.2. Entretanto, entremeando, faremos uma reflexão introdutória do que se apresenta na nossa perspectiva de estudo de história e uso da literatura de ficção como fonte de interpretação do passado.

Buscar entender como foi que a sociedade goiana reagiu aos desígnios impostos pela eclosão da guerra e como esta reação incorreu no tempo posterior aqueles fatos e se tornou memória histórica, quer dizer, tornaram-se marcas de um passado na memória, na história e na literatura goiana, é nosso principal desafio. No bojo dessa discussão, tanto a leitura do texto científico quanto do romance, a idéia é a mesma: poder usufruir das informações desses textos no exercício de investigação sobre como a sociedade de Goiás participou na Guerra do Paraguai? Antes de pensar logo uma resposta imediata, é melhor ver o que escreveu o historiador Marc Bloch na introdução de seu livro “Apologia da História”. Ali ele nos alerta a seguir na compreensão do quê deve mesmo gostar o historiador? O quê o atrai como gozo estético do conhecimento sobre o passado?

A história, no entanto, não se pode duvidar disso, tem seus gozos estéticos próprios, que não se parecem com os de nenhuma outra disciplina. É que no espetáculo das atividades humanas, que forma seu objeto específico, é, mais que qualquer outro, feito para seduzir a imaginação dos homens. (BLOCH, 2001, p. 44).

Nesse prisma, elencamos duas realidades que se imperam no exercício da investigação histórica quando se pretende uma interlocução entre história e literatura.

A primeira está em entender o exercício da história como um discurso sobre o passado fundamentado na capacidade criativa da investigação em manusear dados referenciais de acontecimentos de outrora, suscitando sobre eles questões que se pautam na plausibilidade e verossimilhança das circunstâncias contextuais que o justificam. Contribui, aqui, para esse nosso entendimento o texto de Roger Chartier quando trata do saber histórico controlado “justifica totalmente a reflexão epistemológica em torno de critério de validade aplicáveis à operação historiográfica em seus diferentes momentos” (p.30).

A segunda realidade se inscreve no sentido de ver a literatura de ficção como uma representação do passado e sobre esse entendimento poder usar dessa modalidade de saber como fonte de informação dos acontecimentos de outrora. E novamente nos reportamos a Roger Chartier quando nos diz que uma obra de ficção histórica “é um ‘discurso’ que informa do real, mas não pretende representá-lo, nem abonar-se nele” (p. 24). Esse abonar-se nele é justamente o que se baseia a capacidade verídica da fonte histórica. Sendo possível utilizarmos um romance como fonte histórica, este ato deve ocorrer pelo entendimento desta obra como um testemunho da memória. Assim, nosso caminho de reflexão se mostra pela necessidade de ver no romance de Rosarita Flerury um testemunho da memória de um passado de Goiás no contexto da Guerra do Paraguai; assim sendo, este romance se torna evidência representada e como tal pode compor, junto a tantas outras, o universo das possíveis fontes históricas sobre a mesa do historiador. Testemunho no sentido do que descreve Roger Chartier quando analisa o sentido de história e memória como saberes da humanidade. Ao introduzir sua análise sobre isso o historiador francês dar esse crédito a obra de ficção e diz que junto com a memória ela se torna marca importante do passado e ainda ressalta que: “às vezes ou amiúde mais poderosa do que estabelecem os livros de história” (CHARTIER, 2010, 21)

2.1 - OS GOIANOS FORAM À GUERRA: A NARRATIVA DE TAUNAY NO ESTUDO DE ZILDETE MARTINS.

Essa dissertação é parte fundamental de nossa leitura por seu embasamento em fontes de Relatórios de governos da Província de Goiás, da Província do Mato Grosso e do Governo Imperial. Nesse aspecto, compõe um acervo documental sobre um passado de Goiás e nos constitui um arcabouço de saber sobre o que se passou em Goiás no contexto da Guerra do Paraguai. Este saber histórico é inerente a própria opção da pesquisadora, isto é, toda a base documental sobre aquele passado, contida neste trabalho, faz parte de um trabalho de seleção planejada e constitui um discurso, isto é, tudo isso justifica a escrita da historiadora goiana Zildete Martins. “As determinações que regem a escritura da história remetem mais fundamentalmente às práticas estabelecidas pelas “instituições técnicas da ‘disciplina’...”. (CHARTIER, 2010, p.19-20). Por ser resultado de um estudo acadêmico, o texto de Zildete Martins torna-se para nossa pesquisa base investigativa que nos pauta a novas investidas.

Mas não só de fontes oficiais o estudo da professora Zildete Martins se baseou. Compõe o terceiro e o último capítulo de sua dissertação um exercício de história a partir da leitura do livro de memória de Alfredo D’Escragolle Taunay, *A Retirada da Laguna*. E aqui surge, pois, as informações indicativas da participação das forças goianas no conflito. Nesse sentido, o texto de Taunay, além de pontuar aspectos do cotidiano dos conflitos entre as forças brasileiras com o exército paraguaio, indica os elementos necessários para nossa investigação sobre a participação goiana na guerra. Para Roger Chartier, a investigação em história, seja quando esta quer representar um acontecimento a partir de um monumento, ou via uma investigação através de narrativas memorialísticas; ou quando esta memória se fez construída através do estabelecimento de provas documentais, previamente selecionadas e sobre elas formuladas interpretações hipotético-dedutivas, essas duas formas de falar sobre o passado são saberes da história da humanidade, são indicativos de verossimilhanças, quer dizer, tem uma verdade.

Sem dúvida, entre história e memória as relações são claras. O saber histórico pode contribuir para dissipar as ilusões ou os desconhecimentos que durante longo tempo desorientaram as memórias coletivas. E, ao contrário, as cerimônias de rememoração e a institucionalização dos lugares de memória deram origens repetidas vezes a pesquisas históricas originais. Mas não por isso memória e história são identificáveis. A primeira é conduzida pelas exigências existenciais das comunidades para as quais a presença do passado no presente é um elemento



essencial da construção do ser coletivo. A segunda se inscreve na ordem de um saber universalmente aceitável, 'científico', no sentido de Michel de Certeau. (CHARTIER, 2010, p. 24).

Zildete Martins faz referência ao relato de Taunay quando descreve sobre os momentos cruciais por quais passavam as tropas brasileiras em fuga do território paraguaio: “eram simples recrutas valetudinários saídos de Goiás, verdade é que comandados por valente oficial, capitão de Paiva” (TAUNAY apud MARTINS, 1983, p. 104). A escolha dessa passagem tem a ver com as dificuldades inerentes à própria realidade das forças expedicionárias brasileiras e, evidentemente, não se reduzia à Província de Goiás.

Todavia, quando lemos os termos descritos por Taunay, “simples recrutas valetudinários”, mencionados nas análises de Zildete Martins, logo, pistas se mostram à frente, no andar de nossa investigação, a fim de melhor compreender a contribuição de Goiás para a Guerra de Paraguai. O livro a Retirada da Laguna é um texto de memória. Talvez seja ele o que pode dilatar um pouco mais as palavras de Roger Chartier quando, analisando sobre as relações no passado entre história e memória, trata de algumas nuances que se opõe sobre a memória, o testemunho e a consideração histórica subsidiada pela “natureza indiciária do documento”. “Ao testemunho, cujo crédito se baseia na confiança outorgada à testemunha, opõe-se a natureza indiciária do documento”. (CHARTIER, 2010, p. 21). Dilatar essa possível oposição em Taunay no sentido de que seu texto não é uma fonte imediata às suas vistas e a só ela se limita a informação. Bem certo seria tê-la como uma fonte secundária, não um testemunho imediato como, talvez um bilhete escrito pelo valente capital de Paiva, acaso exista.

A historiadora Ana Paula Squinelo, em seu estudo sobre a influência da narrativa de Alfredo de Escragnole Taunay³ nos discursos históricos dos intelectuais do Mato Grosso no século XX – servido de memória para os fatos da guerra, naquela região, e ter simbolizado uma história de monumentos, de cunho tradicional e factual - nos indica uma leitura sobre o sentido da

³ Para uma melhor compreensão da importância da obra de Visconde de Taunay e sua influência em Mato Grosso, indico o bem elaborado livro de CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. Taunay Viajante. Construção Imagética de Mato Grosso. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

narrativa de Taunay⁴ como uma memória elaborada, construída a posteriori aos conjuntos dos acontecimentos dos quais trata.

Para redigir a citada obra, Taunay narrou a *Retirada da Laguna* utilizando como recurso, além de anotações de um diário que fazia parte de suas obrigações profissionais, suas reminiscências, o que me levou a concluir que não a produziu no “calor dos acontecimentos”. Ao recompor suas lembranças, esteve sujeito às falhas a que o substrato da memória nos expõe, mas tentou contorná-las acentuando homens e fatos que em sua opinião deveriam ser reverenciados pelos brasileiros. (SQUINELO, 2002, p. 62).

O terceiro capítulo da dissertação de Zildete Martins (1983) é intitulado “A Retirada da Laguna”; o 4º Capítulo tem o nome “Os Goianos na Retirada da Laguna”. Este último nos dá uma ideia precisa do que pode significar os limites de atuação dos soldados goianos na guerra. A historiadora logo demarca a atuação dos goianos diretamente no teatro de guerra. Em termos de presença espacial, a localização é a fronteira sul do Mato Grosso e Norte do Paraguai; em termos de presença temporal, ela assim descreve “em 11 de junho de 1867, as tropas goianas ainda permaneceram em Mato Grosso até o findar da guerra do Paraguai” (MARTINS, 1983, p. 110).

Vejamos essa passagem encontrada no relatório do Diretor de Polícia da Província de Goiás, datada de 15 de maio de 1869 para fins de continuidade da aquisição de recrutas:

De conformidade com o que ordenou V. Ex., expedi as mais termitantes ordens às autoridades policiais da província, afim de remetterem no espaço de tempo mais breve o maior número possível de recrutas para completar-se o 2º Corpo de caçadores a Cavallo, cuja necessidade de reclama incessantemente a província. Por ora somente dous recrutas tem sido enviados...” (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 251).

Logo, as informações acima parecem mostrar que a participação de Goiás na Guerra do Paraguai teve uma realidade restrita à primeira fase da guerra 1865-1867. Entretanto, isso não se faz suficiente para uma colocação assim contundente e, ainda mais, se faz necessário, por hora, no exercício da investigação tomar alguns cuidados para que evitemos sínteses apressadas em história.

⁴ “Na verdade, o conjunto da obra de Taunay não se fará apenas no campo da literatura ou das artes, mas na fronteira delas, ou seja, há em sua obra um conjunto de interesses nacionais em que o registro de fatos da história, no caso, o episódio da retirada da Laguna, representa a base para as variadas descrições que, elaboradas a posteriori, dão origem a outras narrativas, tanto de caráter histórico como ficcional. Em certo sentido, o escritor-viajante fecunda imagens que contribuem para repensar a formação cultural de Mato Grosso, as origens e a contemporaneidade de eventos, que compõem o cenário latino-americano, a partir das regiões mais distantes, consolidadas, imageticamente, como *periféricas*. (CASTRILLON-MENDES, 2013, p.24-25).



Nossa preocupação é a cautela e por isso, a leitura de H.I. Marrou se faz aqui imprescindível no intuito de melhor exercitar nossas reflexões sobre os acontecimentos, herdados tantos das formas narrativas em Taunay, seja no discurso elaborado do estudo de Zildete Martins, ou mesmo, das fontes relatadas pelas autoridades goianas contemporâneas àquele conflito.

Eis-nos, em contato com os documentos: crítica, interpretação, há aí todo um processo operatório que é bastante análogo aquele de que se servem as ciências experimentais; o historiador é levado a fazer uma pergunta precisa a um documento (é o equivalente da experimentação) uma vez verificada a hipótese, que muitas vezes não deixa de ser retocada, consegue-se estabelecer um “fato”. Este não é um dado inicial, mas o resultado de todo este trabalho de elaboração que constitui a primeira parte do trabalho. É inútil descrever a segunda: se não constitui um ponto de partida, o fato não constitui um ponto de chegada. Depois de os termos estabelecido, temos de os interpretar, de o explicar inserindo-o em cadeias causais, conjuntos, estruturas, sínteses cada vez mais vastas que nos conduzem gradualmente às mesmas regiões profundas do espírito donde tínhamos partido. (MARROU, 1968, pp. 277-278)

Desse modo, é nosso desafio fazer as perguntas que permitam entender como foi a participação de Goiás na Guerra do Paraguai, de um modo que “os fatos”, “as circunstâncias” expressos nas fontes, seja documentos oficiais, ou narrativas memorialísticas ou um trabalho científico, não sejam vistos, apenas, como o ponto de chegada de nossa reflexão histórica, todavia, representem-nos elementos de compreensão das coisas passadas e sobre elas poder dizer, hoje, algo mais, isto é, poder representá-las como um exercício intelectual em História.

2.2 - ASPECTOS DA GUERRA DO PARAGUAI REPRESENTADOS NO ROMANCE DE ROSARITA FLEURY, UMA LEITURA PONTUAL.

A leitura da obra literária *Sombras em Marcha: na vivência da fuga*, em nossa pesquisa tem a ver com as reminiscências do acontecimento Guerra do Paraguai e como elas se manifestaram em Goiás e pelas quais a escritora Rosarita Fleury, num exercício de reflexão sobre aqueles acontecimentos, escreveu um texto. Ela colocou em prática aquilo que Roger Chartier ensina sobre como devemos entender as relações do passado entre História e Ficção, diz:

Numa época em que nossa relação com o passado está ameaçada pela forte tentação de criar histórias imaginadas e imaginárias, é fundamental e urgente a reflexão sobre as condições que permitem sustentar um discurso histórico como

representação e explicação adequada da realidade que foi. (CHARTIER, 2010, p. 31).

A reflexão que fez Rosarita Fleury sobre a memória goiana em relação à Guerra do Paraguai se tornou um discurso histórico, uma representação literária das reminiscências que se materializaram em textos (documentos) memorialísticos, os quais se acumularam ao longo das décadas, desde que a guerra acabou até o instante em que a escritora resolveu publicar o romance em 1983. A última página do livro tem o anexo: “Obras consultadas para o levantamento do romance”. Narrativas memorialísticas, romance histórico e investigação historiográfica em Goiás no século XIX, um desafio a trilhar, igual à trilha já aberta por Roger Chartier quando conclui seu artigo *A verdade entre a Ficção e história*, deixa-nos o terreno um tanto já aplainado nesse rumo quando diz:

Enfrentar esse desafio do tempo presente, partilhado entre história e as memórias supõe, em minha opinião, ligar a questão do estatuto de verdade da ficção e do regime próprio do conhecimento histórico. Por aí, o caminho ao qual eu vos convidei hoje. (CHARTIER, 2011, p. 226).

No caso do romance de Rosarita Fleury a representação do real se dá na costura de personagens fictício com personagens históricos. A chegada do exército paraguaio à cidade de Corumbá vai sendo evidenciada a partir da entrada em cena dos personagens mais próximos do preto Salustiano. Nho Ricardo e Nhô João vão representar o desespero do povo matogrossense junto ao imediato da invasão paraguaia. Nesse momento da narrativa, a autora faz essa mediação entre o ficcional e o real (o acontecido, a cidade de Corumbá, a força militar ali presente), expostos nos acontecimentos históricos que implicaram o ataque paraguaio à cidade de Corumbá no alvorecer de 1865.

“- É o meu pensamento. Vou dizer tudo que o Salustiano viu. Digo tudo ao Cel. Carlos Augusto.
- E ao Camisão também.
- Justo. Tte. Coronel Carlos Camisão também tem que saber, pois é o Comandante do 2º Batalhão. E olha que eu não gosto de censurar, mas acho que eles estão demorando demais a reunir o povo. Desde que o Jauru chegou pedindo reforço, eles deviam ter reunido o pessoal. (FLEURY, 1983, p. 13).

A primeira ideia que o leitor tem sobre a Guerra do Paraguai se encontra no primeiro capítulo do livro. “O tiroteio e apossamento do Forte de Coimbra foram coisas que não estavam

em seus cálculos assistir” (FLEURY, 1983, p. 9). Essa fala vem na forma de narrativa, são os pensamentos vividos e memorizados pelo preto Salustiano. Uma sensação de medo surge junto à população da Cidade de Corumbá. Depois de ter-se arriscado como um graveto em meio às águas turvas do rio Paraguai, o preto Salustiano chega ao porto da cidade e, a partir de então, sua memória fala sobre o assunto: a guerra se aproximava. Todavia, ninguém ali sabia, apenas desconfiava. Nesse caso, Salustiano seria o mensageiro dos novos acontecimentos.

A autora inicia a trama demonstrando essa ideia, a guerra chega se anunciando pela voz de um preto alforriado, afilhado de Nossa Senhora da Conceição e exímio navegador das perigosas “águas paraguaias”; “conhecia o rio como ninguém”, esse “filho de Angola”, “uma parte da África no Brasil” que cumpria as ordens de seu patrão Nhônhô Ricardo, o comerciante de Corumbá. Naqueles momentos difíceis, um de seus afazeres era ser mensageiro. Desde que fora aprisionado o navio brasileiro Marques de Olinda, sua missão era: “Ouvir tudo o que diziam, esmiuçar todas as suspeitas, varejar as matas com passos de índio, ser matreiro, malicioso, ser discreto nas conversas, fingir indiferença quanto aos paraguaios e seus propósitos (Fleury, 1983,p.8).

A trama inicia com a prerrogativa do medo da guerra, tendo como cenário o rio Paraguai e a cidade de Corumbá⁵. Mas não só isso. Há um forte componente de crítica à realidade de abandono por parte do poder imperial para com a região de fronteira entre a Província de Mato Grosso e a República do Paraguai.

O preto Salustiano tornou-se o mensageiro das coisas ruins que estavam pra acontecer. “E ao ouvir tanta notícia má trazida pelo preto, além de impaciência, sentia irritação” (Fleury, 1983, p.11). O diálogo entre o preto e seu patrão Nhô Ricardo, foi a forma como a escritora Rosarita Fleury encontrou para indicar o abandono daquela região por parte do Império

⁵ Não sabemos, ainda, o porquê da escolha da cidade de Corumbá para localizar o primeiro cenário espacial – a localidade e sua população. Embora Rosarita não o cite entre as 17 obras consultadas pra o “levantamento do romance”, o livro de Taunay IA retirada da Laguna, diz algo sobre a “Praça de Corumbá” naqueles anos da década de 1860. Em nota de rodapé e fundamento no livro de G. Thompson “The War in Paraguay, v. 1, 1869, se encontra: “Foi em fins de dezembro de 1864 Corumbá tomada e devastada pelos paraguaios. Era a principal praça comerciante de Mato Grosso; e o inimigo ali realizou mui considerável presa” (TAUNAY, 1963, p. 37).

Brasileiro. Francisco Doratioto trata desse assunto quando escreve sobre as dificuldades do governo imperial em garantir uma força de defesa naquelas fronteiras e de se manter negligente sobre os acontecimentos ali ocorridos nos últimos meses de 1864 e início de 1865. Esses acontecimentos foram espionagens de agentes militares paraguaios e ataques diretos às populações de Miranda, Nioaque e Corumbá.

O governo imperial, negligente na defesa de Mato Grosso, enviara sua última correspondência ao presidente dessa província em 26 de agosto de 1864 (grifo nosso), e a segunda foi remetida somente em 13 de abril de 1865. Portanto, mesmo depois de ter grande parte de seu território ocupado pelos paraguaios, em janeiro de 1865, o governo matogrossense foi mantido desinformado sobre o que ocorria na guerra. (DORATIOTO, 2002p. 65).

Rosarita Fleury construiu uma narrativa de memória histórica sobre um assunto do passado: a invasão do Mato Grosso pelo exército paraguaio no início de 1865. Em sua narrativa, ela escancara aquilo que o historiador Francisco Doratioto⁶ viu comprovado nos relatos dos presidentes da província do Mato Grosso e na literatura histórica sobre a guerra: o Império Brasileiro foi pego de surpresa e a população ao sul do mato Grosso sofreu o mais atroz desrespeito à vida; a morte pairou por meses rondando a região e a memória disso tudo por ali ficou. Por outro lado, na trama romântica de Fleury havia uma esperança de fuga e esta foi representada na Cidade de Goiás. A capital da província de Goiás torna-se o horizonte de fuga das atrocidades da guerra de um grupo de pessoas, representadas pela família do coronel Leopoldo José Martins, esposa, filhas, neto e escravos. A partir dessas personagens, na literatura de Fleury, Goiás entra definitivamente na Guerra do Paraguai.

No terceiro capítulo, Rosarita Fleury indica sua motivação maior do romance: A cidade de Goiás torna-se o ponto de acolhimento para aqueles que podiam fugir da invasão das forças paraguaias. O diálogo entre o coronel Leopoldo e seu amigo João Timóteo, no conjunto dos

⁶ Para usar o termo *negligência* em referência às atitudes do governo imperial naquele contexto dos primeiros meses de invasão do Mato Grosso pela República do Paraguai, Francisco Doratioto faz uso de nota de referência nº 131 do 1º capítulo, onde se encontra: "Relatório do presidente de Mato Grosso apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, 1865, p.8; comentário do Barão do Rio Branco, em Louis Scheneider, op. Cit, pp. 160-70; Tasso Fragoso, op. Cit, vol I, pp. 259-260; Relatório com que o general Albino de Carvalho passou a presidência da província do Mato Grosso ao chefe de esquadra Augusto Leverger, em 30 de agosto de 1865". DORATIOTO, 2002, p. 496).



acontecimentos da invasão das forças paraguaias em Corumbá é o momento em que a capital da Província de Goiás torna-se o novo ancoradouro da vida sob as sombras da guerra.

- Entendo... acho que mecê talvez esteja sendo precipitado. O que eu estava longe de pensar é que, depois de ter conseguido a transferência de Jorge, dele estar de casa montada aqui, fosse ele se meter ainda em embrulhadas na fronteira, e levar aquela bala estúpida. E o pior é que arrastou com ele o Totonho. Veja mecê. O Totonho, que era nossa maior promessa... nossa maior esperança!

- Um moço e tanto – concordou João Timóteo – um moço e tanto! Mas uma vez que eles morreram e não há mais conserto para isso, vosmecê precisa lembrar dos que ficaram, dos que vivem e estão na sua dependência.

- Veio daí, acho que veio mesmo daí meu desejo de levar a família para Goiás. Mercêdes não se queixa, Adriana não sei se queixa... ambas nesse esforço tremendo de esconder a magoa, a mostrar alegria que estão longe de sentir. Sabem que o passado não volta e acham que o esquecimento chega mais depressa, quando não se revolve o que passou. Mas sinto que estão infelizes, que sofrem muito e isso me dói e preocupa. (FLEURY, 1983, p. 27).

Goiás é o ponto de fuga do espectro da guerra, nos primeiros momentos do conflito. No romance de Rosarita Fleury, via seus principais personagens, a guerra chama por Goiás. Assim quis a escritora de *Sombras em Marcha*, o romance não é a história da guerra, mas a representação do que significou a presença de Goiás como um lugar de fuga. Desse modo, a autora termina o romance, no capítulo 55, com título: 15 de maio de 1865, dia em que ficou marcado nos “autos da história goiana” como o dia em que partiu a primeira tropa do 20º Batalhão de Infantaria e os Voluntários da Pátria de Goiás.

O presidente Ferreira França iniciou seu discurso. Com palavras escolhidas estimulava e prometia apoio aos que partiam.

- Bem se vê que ele nunca perdeu familiares na guerra.

Voltando-se para o marido, Mercedes perguntou:

- O quê? Não ouvi bem.

- Nada... nada não.

As cornetas tocavam a despedida final. O Comandante Joaquim Mendes Guimarães deu ordens vibrante. Movimentou-se o 20º Batalhão de Infantaria, seguido pelo dos voluntários da Pátria. O sol que iluminava a manhã não tinha o



ardor das horas adultas, e leve brisa perpassava, para benefícios de todos. Os corneteiros sopravam com vigor patriótico. Os sons eram vibrantes, mas já nasciam envoltos em plangente nostalgia. (FLEURY, 1983, p. 480).

O trabalho de Rosarita Fleury, aqui caberia uma frase de Marc Bloch dizendo assim: “o ofício da poetiza historiadora”, foi resultado de uma proposta e um plano literário em memória daquelas pessoas que no alvorecer do ano de 1865 passaram a conviver com o espectro da Guerra. O diálogo entre a personagem Mercêdes e seu esposo Leopoldo, supracitado, demonstra como a autora conclui, via seus personagens, o sentido da memória que a guerra deixou em Goiás. Para saber mais, ai é melhor ler o romance.

CONCLUSÃO

Desenvolver uma pesquisa em História Cultural é ter a oportunidade de negociar nossa leitura do passado com um olhar perscrutador sobre os elementos indiciários daquele passado envolto num leque aberto e exposto ao convívio direto de sínteses que são perpassadas tanto por fatores de caráter global quanto daqueles que se encontram nas particularidades dos atos, das palavras e pensamentos que se tornaram indícios do que já foi e não é mais. Aqui o exercício de História foi buscar se comprometer com essa realidade metodológica em nossa pesquisa sobre a participação da Província de Goiás na Guerra do Paraguai. A pesquisa está em andamento e esta reflexão historiográfica, aqui apresentada, já é parte fundamental da tese em construção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

FLEURY, Rosarita. **Sombras em marcha: na vivência da fuga**. Romance. Goiânia, Indusgraf, 1983.

MEMÓRIAS GOIANAS. **Relatório dos governos da Província de Goyaz de 1864-1870. Vol 10**. Sociedade Goiana de Cultura, Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central. Centro de Cultura Goiana- Goiânia: Ed. UCG, 1998.

TAUNAY, Alfredo D’Escragnolle. **A retirada da Laguna**. Episódio da Guerra do Paraguai, s/cidade: edição Melhoramentos, 1963.

Bibliografia.



BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: ZAHAR Ed., 2001.

CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. Taunay Viajante: construção imagética do Mato Grosso. Cuiabá: EdUFMT: 2013.

CHARTIER, Roger. **A verdade entre ficção e história**. In SERPA, Élio Catalício et all (orgs). Narrativas da Modernidade: história, memória e literatura. Uberlândia: EDUFU, 2011.

_____ **A história ou a leitura do tempo**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MARROU, H.I.. **Do conhecimento Histórico**. Lisboa: Editora ASTER, 1968.

MARTINS, Zildete Inácio de Oliveira. **A participação de Goiás na Guerra do Paraguai (1864-1870)**. Goiânia. Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1983.

PALACIN, Luís; MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. **História de Goiás**. 6ª Ed. Goiânia: Ed. Da UCG, 1994.

SQUINELO, Ana Paula. **A Guerra do Paraguai, essa desconhecida... Ensino, memória e história de um conflito secular**. Campo Grande: UCDB, 2002.